



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1227/2024
(à MPV 1227/2024)

Suprimam-se os incisos III e IV do *caput* do art. 1º e os arts. 5º e 6º; e acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º

.....
III – (Suprimir)

IV – (Suprimir)”

“Art. 5º (Suprimir)”

“Art. 6º (Suprimir)”

“Art. 6º-1. A Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 47.

.....
§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos royalties serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, com base nos preços de mercado, considerando os preços de venda praticados em condições normais de mercado, ou, no caso de transações entre partes relacionadas, considerando os preços estabelecido com base na Lei nº 14.596, de 14 de junho de 2023, e seu regulamento.

.....’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca adequar a forma de aferição do valor devido pelos produtores de petróleo ao Estado a título de royalties e participações especiais, que têm sido recolhidos a menor em razão da defasagem da metodologia utilizada atualmente.

Segundo a dinâmica atual, a alíquota devida é prevista pela Lei do Petróleo, mas a definição da base de cálculo é remetida a Decreto Presidencial. Entretanto, o Decreto regulamentador (2.705/98) faz nova remissão à ANP, que fica como responsável por calcular o Preço de Referência.

Por uma série de razões, a metodologia utilizada pela ANP define este Preço de Referência como inferior ao preço praticado no mercado, com uma defasagem média de 5% em 2023 e que, em cenários mais graves, pode ultrapassar os 10%. Com isto, União, Estados e Municípios sofrem prejuízo com uma perda arrecadatória estimada em mais de 5 bilhões apenas com participações governamentais para o ano de 2023

Além disso, uma inadequação dos normativos referentes ao Preço de Transferência determinava que o Preço de Referência da ANP fosse utilizado para fins de cálculo de IRPJ e CSLL em transferências entre partes relacionadas, resultando em mais uma perda de arrecadação, igualmente bilionária, para a União.

Todos esses recursos poderiam, uma vez ajustadas as regras aplicáveis ao cálculo, serem considerados como fonte de receita aptas à subsistência de políticas públicas benéficas ao setor produtivo nacional, como a própria Desoneração da Folha de Pagamentos, fator que motivou a edição da Medida Provisória em questão.



Assim, contamos com o apoio dos(as) nobres pares para o acolhimento da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de junho de 2024.

Deputado Zucco
(REPUBLICANOS - RS)

